

EM DEFESA DA REESTATIZAÇÃO DO SUS

Na mesma linha da campanha da FUP e do Sindipetro-RS, do "Reestatiza, Brasil", movimentos buscam o **Reestatiza SUS** que é um serviço essencial para a população. **PÁGINA 2.**



FIM DA ESCALA 6X1 AVANÇA NO SENADO, MAS AINDA FALTA UM PASSO IMPORTANTE

A luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada sem redução salarial avançou no Congresso. Mas a mobilização da classe trabalhadora continua sendo fundamental

PÁGINA 2



ENCONTRO SOBRE CLIMA DEFENDE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Sindipetro-RS defendeu, no encontro, enfrentar a emergência climática sem abrir mão da soberania energética, do trabalho decente, da geração de empregos e da justiça social.

PÁGINA 3

**ELEIÇÃO CA
TRANSPETRO**

ATÉ 13/09

vote

**JONATAS
SANTOS**

3013

SINDIPETRO-RS PARTICIPA DE DEBATE EM DEFESA DA REESTATIZAÇÃO DO SUS



O Sindipetro-RS participou, dia 03/09, da plenária do **Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre**, que debateu a situação da atenção primária na Capital. O diretor Anderson Medeiros acompanhou as discussões sobre os impactos da terceirização e a defesa da retomada da gestão pública das unidades de saúde.

O tema foi abordado por Medeiros durante o **Papo Direto Online** de sexta-feira (4). Segundo o dirigente, a plenária reuniu conselheiros, trabalhadores do SUS, usuários e representantes de entidades e movimentos que conhecem de perto a realidade da saúde pública da cidade. Também foi apresentado o vídeo da campanha **Reestatiza SUS**, movimento do qual o Sindipetro-RS participa e que reúne usuários, trabalhadores, movimentos sociais, **sindicatos** e representantes do controle social.

Para Medeiros, a defesa do SUS

público está diretamente relacionada à luta que o movimento sindical vem travando pela retomada do controle público sobre serviços essenciais. “Na mesma linha que a gente está com a nossa campanha da FUP e do Sindipetro-RS, do Reestatiza Brasil, nós queremos o Reestatiza SUS, que é um serviço essencial para a população”, destacou.

TERCEIRIZAÇÃO PREOCUPA

Um dos principais pontos discutidos foi o avanço da terceirização da atenção primária, justamente a porta de entrada do SUS e o serviço que mantém contato mais próximo com as comunidades. De acordo com relatos, cerca de **96%** das unidades de atenção primária da Capital estão terceirizadas. Os relatos também apontaram falta de enfermeiros, técnicos e médicos, contratação de profissionais por meio de Pessoa Jurídica (PJ), precarização das estruturas e problemas relacionados às condições de trabalho.

A rotatividade é outra preocupação. A troca constante de trabalhadores prejudica a formação do vínculo entre as equipes de saúde e as famílias atendidas, vínculo considerado um dos pilares da atenção básica. Quando essa

rede não funciona adequadamente, a consequência também pode ser uma maior procura por hospitais e emergências. “Profissionais de carreira do SUS, com experiência, estão abandonando o SUS devido à precariedade. Quem perde é a população”, alertou Medeiros durante o Papo Direto.

RETOMADA DA GESTÃO PÚBLICA

Lançado oficialmente em 22/07, o movimento **Reestatiza SUS** defende uma transição gradual, planejada e segura para que a administração das unidades terceirizadas volte ao poder público. Entre as medidas defendidas estão a realização de concursos públicos, a valorização dos trabalhadores e o fortalecimento das unidades de saúde como referências de cuidado dentro das comunidades.

“DE TODOS OS BRASILEIROS”

A participação do Sindipetro-RS no movimento reforça a compreensão de que a defesa dos serviços e empresas públicas ultrapassa os limites de cada categoria profissional. Assim como luta por uma Petrobrás pública, integrada e a serviço da sociedade, o Sindicato defende um SUS fortalecido, com gestão pública, controle social e trabalhadores valorizados.

“O SUS é um serviço essencial à sociedade, é vital. Por isso, o Sindipetro está junto nessa trincheira com o pessoal do SUS. Reestatiza SUS.”



ESCALA 6X1 I

A luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada sem redução salarial avançou no Congresso. A Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) do Senado **aprovou a PEC 221/2019**, que prevê dois dias de descanso remunerado por semana e a redução gradual da jornada máxima de 44 para 40 horas. Para o diretor do Sindipetro-RS, Dary Beck Filho, é preciso manter a mobilização para garantir a conclusão da votação. “Teve um avanço. Foi colocado para votação na CCJ do Senado e foi aprovado. Então, agora, o último passo que falta é votar no Plenário do Senado”, explicou.

ESCALA 6X1 II

O fim da escala 6x1 não é a única mudança prevista na PEC 221/2019. A proposta também **reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial**. “Apesar de a gente ficar falando que é o fim da 6x1, também está na proposta a redução de 44 para 40 horas semanais. Isso é importantíssimo”, ressaltou Dary. A mudança terá impacto especialmente importante para trabalhadores das empresas contratadas do Sistema Petrobrás, muitos dos quais ainda cumprem jornadas de 44 horas semanais.

ESCALA 6X1 III

Depois da aprovação na CCJ, a PEC 221/2019 aguarda votação no

Plenário do Senado. Para o **movimento sindical**, a prioridade agora é impedir que a decisão seja adiada e garantir que a proposta seja colocada em votação. “Os sindicatos, as centrais sindicais reuniram e já estão montando uma estratégia para botar pressão para cima do presidente do Senado, aumentar a pressão para que ele chame uma sessão e vote essa questão”, afirmou Dary. A mobilização será fundamental diante da pressão de setores empresariais e parlamentares contrários à redução da jornada. Reduzir a jornada não significa apenas mudar números ou organizar de outra forma as escalas de trabalho. Significa garantir mais tempo para o trabalhador descansar, cuidar da saúde, conviver com a família e ter vida além do trabalho.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

→ CRISE CLIMÁTICA

SINDIPETRO-RS DEFENDE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E TRABALHADORES NO CENTRO DO DEBATE CLIMÁTICO

A presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, foi uma das palestrantes do seminário **"Crise Climática e Mundo do Trabalho: impactos, direitos e estratégias de enfrentamento"**, realizado no dia 03/09, em Porto Alegre.

O encontro reuniu cerca de 200 pessoas, entre dirigentes, **sindicalistas**, estudantes, agentes públicos, profissionais das áreas da saúde e jurídica e representantes de universidades, para discutir como a emergência climática já afeta diretamente a vida, a saúde e os direitos da classe trabalhadora.

Integrando a primeira mesa de debates, Miriam levou para o seminário uma questão que está no centro das discussões do movimento sindical petroleiro: não haverá resposta socialmente justa à crise climática sem que os trabalhadores participem das decisões sobre a transição energética.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

A presidenta do Sindipetro-RS chamou a atenção para a necessidade de construir uma transição energética justa, que considere os trabalhadores/as. A transformação da matriz energética, necessária diante da emergência climática, não pode ser conduzida às custas dos empregos, dos direitos e das condições de vida de quem trabalha.

Para o movimento sindical, esse debate é particularmente importante porque mudanças tecnológicas, energéticas e produtivas podem provocar profundas alterações no mundo do trabalho. Por isso, os trabalhadores não podem ser apenas atingidos pelas decisões tomadas por governos e empresas. Precisam participar da construção das políticas e dos caminhos para a transição.

A discussão realizada no seminário apontou justamente para a neces-

sidade de uma transição energética, tecnológica e produtiva que não produza desemprego, precarização ou novos processos de exclusão. Também reforçou a importância da participação sindical na formulação das políticas públicas e dos planos empresariais de adaptação às mudanças climáticas.

A posição defendida por Miriam dialoga diretamente com uma pauta histórica do Sindipetro-RS e do movimento sindical petroleiro: enfrentar a emergência climática sem abrir mão da soberania energética, do trabalho decente, da geração de empregos e da justiça social.

CRISE CLIMÁTICA JÁ CHEGOU AO LOCAL DE TRABALHO

Os debates mostraram que a crise climática deixou de ser uma ameaça distante. Ondas de calor, enchentes e outros eventos extremos já provocam consequências sobre a saúde física e mental e as próprias condições de trabalho. Por isso, entre os temas abordados estiveram os riscos do calor extremo nos ambientes de trabalho, a necessidade de pausas, hidratação, ventilação e adaptação, além da criação de protocolos específicos para ondas de calor e outros eventos climáticos extremos.

As consequências das enchentes também tiveram destaque. O debate apontou que os impactos não desaparecem quando as águas baixam. Trabalhadores podem continuar enfrentando, por meses, as consequências da perda da moradia, problemas de transporte, dificuldades financeiras, necessidade de cuidar de familiares e danos à saúde física e mental. Também foram debatidos os efeitos psicológicos provocados por perdas, insegurança e deslocamentos decorrentes do clima.



NEGOCIAÇÃO COLETIVA PRECISA INCORPORAR A QUESTÃO CLIMÁTICA

Outro eixo das discussões foi o **papel dos sindicatos diante dessa nova realidade**. A questão climática precisa fazer parte das campanhas salariais, dos acordos e convenções coletivas e das políticas de saúde e segurança.

Entre as propostas discutidas estão a elaboração de planos de contingência com participação dos trabalhadores, protocolos para enchentes e ondas de calor, garantia de interrupção segura das atividades em situações de risco, proteção da renda quando o trabalhador não puder se deslocar e medidas específicas para a preservação da saúde mental.

Para o Sindipetro-RS, o desafio é fazer com que a resposta à emergência climática não reproduza desigualdades nem transfira novamente os custos das transformações para a classe trabalhadora. Enfrentar a crise climática significa mudar formas de produzir e consumir energia, mas significa também defender empregos, direitos, saúde, soberania e condições dignas de vida. Ou, como defendem os petroleiros, a transição só será verdadeiramente justa se colocar a vida, o trabalho decente e a justiça social no centro das decisões ■

→ DEFESA DA SOBERANIA

PETROLEIROS LEVAM CAMPANHA "REESTATIZA, BRASIL" AO GRITO DOS EXCLUÍDOS

Os petroleiros/as participaram, no dia 07/09, do **32º Grito dos Excluídos e Excluídas**, em Porto Alegre, levando às ruas a campanha **"Reestatiza, Brasil"** e reforçando a defesa da soberania nacional e da retomada para o controle público das empresas estratégicas privatizadas. A mobilização reuniu **sindicatos**, movimentos populares, trabalhadores, sem-teto, indígenas, atingidos por barragens e diversas organizações sociais. Com o lema nacional **"Na defesa da Terra, da Paz e da Moradia, erguemos a voz: Mulheres Vivas e Soberania!"**, o Grito percorreu as ruas do Centro da Capital até o Assentamento 20 de Novembro, no bairro Floresta.

Para os petroleiros, participar do Grito também é reafirmar que não existe soberania plena sem controle público sobre setores estratégicos da economia. Por isso, o Sindipetro-RS levou à manifestação a campanha que defende a retomada pelo Estado de empresas e ativos estratégicos privatizados, especialmente no Sistema Petrobrás. A presença da categoria dialogou com um dos principais temas desta edição do Grito: a soberania.

No **7 de Setembro**, enquanto o país celebra sua Independência, os movimentos populares ocuparam as ruas para defender que as riquezas nacionais e as decisões sobre o futuro do Brasil estejam a serviço da população. A mobilização também deu destaque à luta por moradia, à defesa da terra e da paz e ao enfrentamento à violência contra as mulheres.



Foto: Jorge Leão/BFRS

→ CA DA TRANSPETRO

MANDATO PARTICIPATIVO E PRÓXIMO DAS BASES

A eleição para representante dos trabalhadores/as no Conselho de Administração (CA) da Transpetro está em andamento. A votação começou no dia 3 e **segue até 13 de setembro**. A FUP e o Sindipetro-RS apoiam a candidatura de **Jonatas Santos, número 3013**, técnico de manutenção no Terminal Aquaviário de Coari (AM).

Dia 04/09, Jonatas participou do **PAPO DIRETO ONLINE** e conversou sobre sua trajetória, suas propostas e sobre a forma como pretende exercer o mandato caso seja eleito. Durante a conversa, destacou que o representante dos trabalhadores no CA não pode ficar distante de quem o elegeu. Para ele, o mandato pertence ao conjunto da categoria e deve servir como uma via permanente de interlocução entre os trabalhadores e a alta administração da Transpetro. “O papel do conselheiro é interagir com a base. Não é o mandato dele, é o mandato de todos. É isso que a gente prega no sindicato e é isso que eu quero levar para o CA, um mandato participativo, colaborativo, em que a nossa voz chegue até a alta administração da empresa”, reforçou.

O candidato apresentou um breve histórico de sua carreira dentro da Transpetro, onde ingressou em 2012 e, desde o início, participou da organização sindical da categoria. É formado em Direito, formação que considera mais um instrumento para contribuir com a atuação no CA. Mas fez questão de ressaltar que sua candidatura está vinculada à experiência construída junto aos trabalhadores. “A voz do trabalhador tem que chegar mais longe. Tem que ir parar na alta administração”, afirmou.

Ele também defende um caminho de mão dupla no CA. “O retorno do que está acontecendo lá em cima, das votações, das apresentações feitas, do que a companhia está pensando para a empresa, precisa chegar aos trabalhadores”, explicou.

“**O CA TEM VOZ**” - Jonatas reconhece que o representante dos trabalhadores é apenas um voto dentro do CA, mas ressalta que a importância do cargo vai além do momento das votações. “É apenas um voto em pautas importantes da empresa. Mas, para além desse voto, nós temos voz. O CA chega à sede, dialoga com a diretoria, com os outros conselheiros. É uma via de interlocução importante para os trabalhadores”, acrescentou. No RS, a Transpetro conta com trabalhadores em três terminais: TENIT, TERIG e TEDUT.

A votação é realizada de forma online, acessando o sistema de votação da eleição para o CA da Transpetro. Participe.

→ SAÚDE DO TRABALHADOR/A

PASA: ORIENTAÇÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O Sindipetro-RS iniciará, em breve, contato direto com aposentados e pensionistas associados para orientar sobre o Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA), da Saúde Petrobrás, que possibilita a eles um acompanhamento periódico da saúde, com avaliação anual. A proposta é dar continuidade, após a aposentadoria, ao cuidado preventivo realizado durante a vida laboral. O programa é uma conquista do ACT e, por isso, o Sindicato reforça a importância de todos/as conhecerem e utilizarem esse direito, que ainda é pouco utilizado.

ANTES DO ANIVERSÁRIO - O atendimento do PASA é iniciado a partir de um contato da equipe de saúde no período de aniversário do beneficiário. Para dar mais segurança aos associados diante do receio de golpes por telefone, o Sindicato entrará em contato no mês anterior ao aniversário, explicando o que é o PASA, como funciona e orientando sobre o contato a ser realizado pela equipe de saúde. Em caso de dúvidas ou dificuldades durante o processo, os associados também poderão procurar diretamente o Sindicato para receber orientação. As dificuldades relatadas serão acompanhadas e poderão subsidiar a cobrança de melhorias no programa e a apresentação de propostas nas negociações coletivas.

→ SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ATENDIMENTO DA ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - plantão na sede de Porto Alegre às quartas-feiras, das 14h às 16h e na Delegacia de Canoas às sextas-feiras, das 10h às 12h. Agendamento pelo telefone (51) 99630-6203

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Caroline Anversa - Agendamento pelo WhatsApp (51) 99292.1642.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria (51) 99894.3814.

→ NOTAS

■ CONVENÇÃO 190

A **Convenção 190 da OIT** estabelece o direito a um mundo do trabalho livre de violência e assédio, abrangendo agressões, ameaças, humilhações, intimidações, assédio sexual, discriminação e práticas abusivas de gestão. A norma amplia a proteção dos trabalhadores/as e coloca a prevenção, a responsabilidade das empresas e dos governos e a **participação sindical** no centro do enfrentamento ao problema. A adesão do Brasil foi aprovada pela Câmara dos Deputados em **1º/09** e agora segue para análise e votação no Senado Federal. Após a aprovação no Senado, ainda serão necessárias as etapas formais de ratificação e promulgação.

■ CONVENÇÃO 156

A **Convenção 156 da OIT** busca garantir igualdade de oportunidades e tratamento para trabalhadores/as com responsabilidades familiares. A norma combate a discriminação de quem precisa conciliar trabalho e cuidados com filhos ou outros familiares, estabelece que essas responsabilidades não podem justificar uma demissão e incentiva políticas e serviços de apoio às famílias. Sua ratificação é especialmente importante para avançar na igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. A adesão brasileira à Convenção 156 foi aprovada pela Câmara dos Deputados em **1º/09**, e a proposta agora precisa ser analisada e votada pelo Senado Federal.

■ DE OLHO NA ELEIÇÃO

O candidato da direita à Presidência da República **Romeu Zema (Novo)** afirmou, ao ser sabatinado pelo programa **Veja Em Foco**, no **dia 3/9**, que **pretende privatizar a Petrobrás e os Correios** caso seja eleito. A proposta faz parte de uma agenda de redução da participação do Estado na economia que Zema diz querer levar ao governo federal depois de aplicá-la em Minas Gerais. Questionado sobre sua política para as grandes estatais brasileiras, respondeu: “Quero privatizar todas”. Durante seu governo em Minas Gerais, o candidato privatizou ou vendeu participações em 118 empresas.